

O sucesso do Plano Real na economia brasileira

Denis de Paula*

RESUMO

Esse artigo tem por objetivo evidenciar a busca pelo controle inflacionário no final da década de 1980 e início da década de 1990, a importância que teve a abertura econômica do início da década de 1990 e o aumento nas relações exteriores decorrente da abertura no sucesso do Plano Real em sua missão de combate inflacionário. Serão apontadas ações voltadas ao comércio internacional e à política cambial e seus resultados no aumento das importações, responsável em partes pelo controle inflacionário.

*

Aluno do 5º período de graduação em Economia das Faculdades Integradas Vianna Júnior
E-mail: denis_depaula@yahoo.com.br

PALAVRAS CHAVE: IMPORTAÇÕES. CONTROLE INFLACIONARIO. PLANO REAL. ABERTURA ECONOMICA.

1 ANTECEDENTES DO PLANO REAL

A década de 1980 na economia brasileira é conhecida como a “década perdida”. Esse período ficou marcado por um alto nível de endividamento externo, com implicações sobre as contas públicas e uma alta e crescente taxa de inflação. A soma desses fatores dificultava a gestão pública e resultou em uma década na qual o produto cresceu muito pouco, fato que associado a um processo hiperinflacionário, corroeu o poder de compra da moeda.

A inflação tornou-se um problema crônico da economia brasileira, impulsionando a criação dos chamados planos de estabilização econômica, cujo principal objetivo naquele momento era o controle do nível de preços.

O primeiro plano foi o Cruzado, em 1986, baseava-se no congelamento de preços e salários e implantou o gatilho inflacionário, que consistia em um aumento mensal nos salários da mesma magnitude da inflação no período. Este plano fracassou, uma vez que, não atacou a base do processo gerador de inflação. O principal problema que deveria ser tratado era o do endividamento estatal, já que o governo não possuía mais fontes de financiamento, recorrendo à emissão monetária e acelerando o processo inflacionário. Além disso, o gatilho inflacionário aumentava ainda mais a inflação inercial.

Na seqüência, seguindo a mesma linha de congelamento de preços, e igualmente fracassados, vieram o Plano Bresser e o Plano Verão. Para se ter uma ideia, quatorze meses após o início o Plano Cruzado, a inflação já se encontrava em 363% o ano.

Em 1990, entrou em vigor o Plano Brasil Novo (Plano Collor). Foram confiscadas as contas de poupança, com base na ideia de que sem renda, o

consumo reduziria, diminuindo a pressão inflacionária. Funcionou em um primeiro momento, mas a queda na oferta de crédito trouxe um cenário recessivo, levando as empresas a demitirem e encerrarem as suas atividades. Por fim, este plano também fracassou e a inflação voltou a subir, assim como em seu sucessor imediato, o Plano Collor II.

O Plano Brasil Novo, apesar dos erros, determinou a abertura da economia brasileira para o comércio exterior. O problema foi o fato de a medida ter sido tomada bruscamente, levando diversas empresas nacionais, que tinham uma baixa produtividade, perderem competitividade e, conseqüentemente, falirem. As empresas que se mantiveram no mercado foram forçadas a adotar práticas que buscassem um aumento da produtividade para garantir sua sobrevivência. Passado o período de adaptação, o cenário se tornou propício para que o Plano Real alcançasse seu objetivo de controlar a inflação.

2 A INTRODUÇÃO DO PLANO REAL

O Plano Real foi o último dos planos de estabilização econômica aplicados no Brasil, sendo o responsável pela estabilidade econômica que perdura até hoje, no fim da primeira década do século XXI. O Plano Real mostrou-se eficiente no controle de preços na economia, trazendo a estabilidade que, após um período de desemprego elevado, permitiu que a economia crescesse sustentavelmente, recuperando inclusive os níveis de empregos.

Sua força foi posta à prova nas crises da Ásia, em 1997, da Rússia, em 1998 e mais recentemente a crise americana iniciada em 2007. Nas duas primeiras, houve necessidade de um aumento forte na taxa de juros, buscando evitar a fuga de capitais. Passados os efeitos, os juros voltaram a baixar e o Real sofreu apenas um ataque especulativo em 2002. O Plano Real saiu forte de todas estas crises

mencionadas. O plano conseguiu tornar a atual política monetária brasileira uma das mais sérias do mundo.

O sucesso do Plano Real deu-se também em grande parte devido às medidas diversas tomadas na área do comércio exterior. Aproveitando o cenário de crescimento das relações externas, deixado pela abertura econômica em 1990, as exportações brasileiras cresceram aproximadamente 7,7% entre 1992 e 1993 e 12,94% de 1993 para 1994, enquanto as importações tiveram um aumento de 22,88% entre 1992 e 1993 e cresceram 30,97% entre 1993 e 1994. A tabela 1 a seguir mostra as importações e exportações antes do Plano Real e o impacto ocorrido nas mesmas com a introdução do plano em 1994.

Tabela 1

Ano	Exportações FOB (US\$ milhões)	Δ% em relação ao ano anterior	Importações FOB (US\$ milhões)	Δ% em relação ao ano anterior
1990	31414	-	20661,36	-
1991	31620	0,66	21040,47	1,83
1992	35793	13,20	20554,09	-2,31
1993	38555	7,72	25256,00	22,88
1994	43545	12,94	33078,69	30,97

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

O Plano Real começou a ser implantado em junho de 1993, sendo oficialmente colocado em prática em 1994. A partir de 1994 houve um maior crescimento do comércio exterior, com as exportações e importações aumentando significativamente. O crescimento das importações, no entanto, foi maior, devido principalmente a dois fatores.

Um dos fatores que ajudam a explicar esta situação foi uma política tarifária adotada de baixar as tarifas de importações gradativamente, para fortalecer as importações sem causar um impacto muito brusco na indústria nacional. Essa política tarifária e a conseqüente reestruturação da indústria nacional geraram um aumento de produtividade estimado de 30% na produtividade média. Um outro fator foi a implantação de uma política de câmbio fixo valorizado no segundo semestre de 1994, que favoreceu as importações.

O Plano Real marcou o início de um novo ciclo na política econômica brasileira. As expectativas eram grandes. Os agentes, receosos quanto ao futuro, uma vez que vinham de um processo inflacionário elevadíssimo e de uma série de planos falhos, buscaram consumir, com intuito de prevenirem um possível aumento nos preços. Esse consumo extra geraria um excesso de demanda, uma pressão nos preços, e a volta da inflação. A inflação em potencial foi evitada em grande parte graças ao grande volume de importações, favorecido pelo câmbio valorizado e pelas baixas tarifas de importação. A tabela 2 mostra o índice de inflação, medido pelo IPCA (índice de preços ao consumidor). De acordo com os dados é possível verificar o rápido declínio da inflação após a introdução do Real.

Tabela 2

Período	Inflação (IPCA)
jan/94	41,31%
fev/94	40,27%
mar/94	42,75%
abr/94	42,68%
mai/94	44,03%
jun/94	47,43%
jul/94	6,84%
ago/94	1,86%
set/94	1,53%
out/94	2,62%
nov/94	2,81%
dez/94	1,71%

Fonte: IBGE / SNIPC

As empresas nacionais passaram a sofrer com a competição maior no mercado graças à entrada de produtos estrangeiros na economia. Foi necessária a reestruturação já citada, e o aumento da competição forçou uma manutenção dos preços em patamares não muito elevados, sob o risco de perda de fatias de mercado para as multinacionais. O aumento de produtividade decorrente da reestruturação possibilitou uma queda nos custos de produção, ajudando a conter também a inflação de custos.

Esse aumento nas importações também foi importantíssimo para suprir o nível extra de demanda existente no início da implantação do plano, uma vez que, a lacuna deixada pela oferta de produtos nacionais pôde ser preenchida por produtos importados. Assim, o mercado conseguiu manter o equilíbrio entre a oferta e a demanda, permitindo a estabilização dos preços, freando um efeito de inflação de demanda.

Por fim, o regime de câmbio fixo teve de ser abandonado em 1999, em decorrência de uma grande dívida interna e à dificuldade de captação de recursos no exterior, mesmo com a taxa de juros elevada, graças às crises russa e asiática. Dessa forma, impossibilitado de manter uma oferta de divisas estrangeiras na economia que possibilitasse a manutenção do câmbio fixo, foi necessário passar a um regime de câmbio flutuante, ocorrendo uma maxidesvalorização do Real. No entanto, a essa altura, a economia brasileira já havia alcançado um alto grau de maturidade, que associado ao novo regime de política cambial de metas de inflação, adotado no mesmo ano, permitiu que os preços não sofressem uma alta elevada. A partir de então, a taxa de juros passou a ser o principal instrumento de política monetária no Brasil e, conseqüentemente, o principal instrumento de combate à inflação.

CONCLUSÃO

Após um longo período de instabilidade econômica, finalmente um plano com medidas acertadas possibilitou o fim do problema crônico da inflação no Brasil. O Plano Real merece os méritos pela forma como passou a conduzir a política econômica, e no controle de preços teve ajuda importantíssima da abertura econômica do início da década de 1990, que possibilitou o aumento das importações. Acertando ao manter uma política de câmbio fixo, e favorecendo as relações comerciais externas, supriu o excesso de demanda interna e aumentou a

competição e a produtividade no mercado nacional, fatores importantíssimos no combate ao aumento de preços.

A posterior adoção do regime de metas de inflação proporcionou a estabilidade que hoje é invejada por muitos países ao redor do mundo.

REFERÊNCIAS

MACADAR, Beky Moron. **SETOR EXTERNO – O Setor externo e o Plano Real. Ensaio FEE.** Disponível em:

<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/818/1083>, acesso em 02/04/2010

CODAS, Gabriel. **Conheça os planos econômicos do Brasil.** Disponível em: <http://virgula.uol.com.br/ver/noticia/economias/2009/04/15/200522-conheca-os-planos-economicos-do-brasil>, acesso em 01/04/2010